



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade

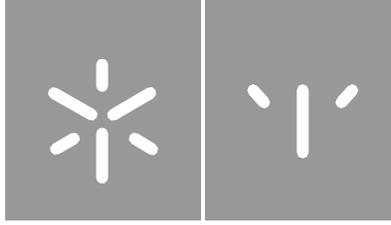
Beatriz Couto Boaventura

Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade

Beatriz Boaventura

UMinho | 2021

junho de 2021



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Beatriz Couto Boaventura

**Motivação para a mudança e crenças
legitimadoras de violência em relações de
intimidade**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Doutora Olga Cunha e do
Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

À minha orientadora, Doutora Olga Cunha, agradeço toda a orientação, conhecimentos, disponibilidade e apoio durante estes dois anos, principalmente nos meus momentos de maior dificuldade. Obrigada por toda a dedicação e por me ajudar a crescer enquanto estudante e futura profissional.

Ao Professor Doutor Rui Abrunhosa, por todo o suporte, transmissão de conhecimentos e pelo encorajamento e confiança no meu trabalho.

Ao grupo de investigação “Ofensores e Sistema Legal” – ao Doutor Pedro Pechorro, às colegas do Mestrado e aos colegas de Doutoramento – obrigada pela orientação, pela entreatajuda e pelos conhecimentos transmitidos.

A todos os participantes que deram o seu contributo e permitiram a recolha de dados.

À Diana, à Letícia, à Patrícia e à Rosa por tornarem estes 5 anos uma caminhada mais bonita e pela entreatajuda nos momentos mais difíceis.

À Xana e à Coutinho por continuarem ao meu lado e me apoiarem ao longo deste percurso.

Aos meus pais, por serem a minha retaguarda sempre e nunca me largarem a mão mesmo nos momentos mais difíceis. Muito obrigada pelo vosso amor e apoio.

À minha irmã, por acreditar sempre em mim, mesmo quando eu própria duvidei. Obrigada por toda a ajuda e por me entenderes como ninguém.

À família do Jorge por todo o suporte e por me acolherem como um membro da família.

Ao Jorge por todo o carinho, companheirismo e sorrisos. Obrigada pela compreensão e por todo o apoio, mesmo nos meus dias menos bons.

E, por fim, a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu crescimento e evolução ao longo deste percurso.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Beatriz Couto Boaventura

(Beatriz Couto Boaventura)

Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade

Resumo

A violência nas relações de intimidade (VRI) tem sido amplamente estudada, no entanto, estudos sobre motivação para a mudança em ofensores de VRI não se verificam em amostras na comunidade. Este estudo visa compreender em que medida se relacionam as variáveis comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetração de VRI, crenças legitimadoras de VRI e motivação para a mudança. Pretendeu-se, ainda, averiguar se estas variáveis variam em função da idade, género, nível socioeconómico (NSE), escolaridade e situação profissional. Os dados foram recolhidos em formato online com recurso a instrumentos de autorrelato. A amostra consistiu em 217 indivíduos da comunidade que perpetraram violência contra o/a parceiro/a ou ex-parceiro/a. Os resultados revelaram que indivíduos mais jovens e do género masculino apresentam mais crenças legitimadoras de VRI, indivíduos com NSE baixo relatam mais comportamentos agressivos ao longo da vida e mais perpetração de VRI e indivíduos do género feminino revelam maior preparação para a mudança. Ademais, os comportamentos agressivos ao longo da vida revelam-se um preditor significativo de perpetração de VRI e da motivação para a mudança. Este estudo contribui para um melhor entendimento das variáveis em estudo na comunidade, sendo importante refletir sobre formas de intervenção na VRI em meio comunitário.

Palavras-chave: amostra da comunidade, crenças de violência, motivação para a mudança, violência em relações de intimidade

Motivation to change and domestic violence beliefs in intimate relationships

Abstract

Intimate partner violence (IPV) has been widely studied, however, studies about motivation to change with IPV offenders have not focused their attention on community samples. This study aimed to understand how the variables aggressive behaviors throughout life span, IPV perpetration, IPV beliefs, and motivation to change are related. It was also intended to investigate how these variables vary according to age, gender, socioeconomic status (SES), educational attainment and professional status. Data were collected in an online format using self-report instruments. The sample consisted of 217 individuals from the community who have perpetrated violence against a partner or an ex-partner. The results revealed that younger and male individuals hold more IPV beliefs, individuals with low SES report more aggressive behaviors throughout life span and IPV perpetration, and female individuals reveal more motivation to change. Furthermore, aggressive behaviors throughout life span seems to be a significant predictor of IPV perpetration and motivation to change. This study contributes to a better understanding of the variables under study in a community sample, being important to reflect in ways of intervention in IPV in a community environment.

Keywords: community sample; domestic violence beliefs, motivation to change, intimate partner violence

Índice

Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade.....	8
Objetivos e Hipóteses.....	12
Método.....	13
Participantes.....	13
Instrumentos	15
Procedimento	17
Análise de Dados	18
Resultados	19
Discussão.....	26
Contributos e Limitações.....	29
Referências	32
Anexo.....	36

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Características Sociodemográficas e Jurídico-Penais da Amostra.....</i>	14
Tabela 2. <i>Coeficientes de correlação Spearman e testes de diferenças Kruskal-Wallis entre as variáveis sociodemográficas e as principais variáveis.....</i>	20
Tabela 3. <i>Diferenças entre géneros ao nível das principais variáveis.....</i>	22
Tabela 4. <i>Correlações de Pearson entre as principais variáveis.....</i>	24
Tabela 5. <i>Regressões lineares múltiplas para o IVC Total e o RCI</i>	26

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

A violência em relações de intimidade (VRI) é considerada uma temática complexa (Yonfa et al., 2021), verificando-se um interesse crescente nas dinâmicas inerentes ao fenómeno e ao seu impacto na sociedade como um todo. Desta forma, a VRI pode ser definida como o “comportamento de um parceiro/a íntimo/a ou ex-parceiro/a que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controlo” (World Health Organization, [WHO], 2021, p. 2).

Reiteradamente, a VRI tem sido descrita na literatura como violência contra a mulher por parceiro ou ex-parceiro do género masculino (Alhabib et al., 2010; Garcia-Moreno et al., 2005). Inclusive, a prevalência do fenómeno demonstrada através das estatísticas disponíveis para o território português parecem suportar esta evidência empírica. Nomeadamente, no que concerne à problemática da violência doméstica, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, alusivo ao ano de 2020, verificou-se que 75% das vítimas eram mulheres e 81.4% dos denunciados eram homens, sendo que 48.6% dos casos se inseriam em relações de intimidade atuais, e 15% eram referentes a relações de intimidade passadas (Sistema de Segurança Interna [SIS], 2021). Paralelamente, segundo o Relatório Anual 2020 das Estatísticas APAV (2021), verificou-se também uma prevalência de autor do crime do género masculino (65%), sendo as relações de intimidade o contexto mais comum de ocorrência de violência (44%) (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2021).

No entanto, as conclusões baseadas no género têm sido alvo de debate e discussão na literatura, dada a emergência do conceito de “simetria de género”, definido como “taxas aproximadamente iguais de perpetração física por mulheres e homens, e padrões semelhantes de motivação e fatores de risco” (Straus, 2009, p. 553). Este conceito veio desafiar a vasta investigação existente sobre a prevalência de violência na intimidade perpetrada por indivíduos do género masculino, sendo também considerada a perpetração pelo género feminino. Este fenómeno encontra-se, igualmente, bem documentado na literatura em diversos estudos (e.g., Archer, 2000; Capaldi et al., 2012; Machado et al., 2017).

Atendendo às comparações realizadas entre géneros, também o enquadramento e os contextos da violência na intimidade se revelam aspetos importantes a ter em conta. Esta violência pode ocorrer em relacionamentos de várias naturezas, nomeadamente, casamento, relações íntimas de longo-prazo ou curto-prazo ou namoro, podendo a violência ser perpetrada por parceiro atual ou ex-parceiro (Harvey et al., 2007). Inicialmente, a investigação realizada neste âmbito focou-se nas relações de casamento, tendo, posteriormente, sido consideradas também as relações de namoro e coabitação (Brown & Bulanda, 2008), verificando-se resultados empíricos algo divergentes e inconclusivos no que concerne a

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

este aspeto. O estudo realizado por Machado et al. (2014) comparou participantes em relações de namoro e casamento, verificando-se que, apesar de os participantes casados apresentarem maior tolerância à violência, os participantes em relações de namoro revelaram uma maior prevalência de perpetração.

Neste seguimento, independentemente do tipo de relação, importa considerar os fatores de risco inerentes que poderão potenciar a perpetração de atos violentos contra o/a parceiro/a ou ex-parceiro/a. Apesar de existir pouco consenso na literatura sobre se os fatores de risco são semelhantes ou diferentes para ambos os géneros, os resultados obtidos através de uma meta-análise revelaram que apenas três num total de sessenta se revelaram significativamente diferentes, o que demonstra equivalência entre os géneros (Spencer et al., 2016).

Os níveis educacionais baixos têm sido associados a perpetração de violência contra o parceiro (Abramsky et al., 2011), tal como o baixo nível socioeconómico (Matjasko et al., 2013; Reichel, 2017), apesar da problemática poder afetar qualquer nível socioeconómico. Também a idade tem sido um fator de risco considerado, e apesar de alguns autores assumirem a idade mais avançada um fator de risco para a VRI, parece verificar-se uma maior prevalência nas faixas etárias mais jovens (e.g., Abramsky et al., 2011; Yakubovich et al., 2018). Também a prevalência de comportamentos violentos durante a adolescência e a juventude têm sido considerados preditores de VRI (Verbruggen et al., 2020), verificando-se um aumento do risco de perpetração em indivíduos que apresentam este tipo de comportamentos ao longo da vida (Moffit, 2006).

Quando se aborda o tema da VRI, em todas as suas vertentes e dinâmicas associadas, surge a necessidade de entender também fatores que atuam a nível cognitivo nos indivíduos. É o caso das crenças legitimadoras de VRI. Importa considerar o contexto cultural e familiar dos indivíduos, uma vez que as crenças transmitidas, quando denotam violência conjugal, podem suportar futuros comportamentos agressivos e violentos contra o/a cônjuge (Pournaghash-Tehrani, 2011), sendo que crenças mais severas e distorcidas predizem maior violência, principalmente se a realidade da relação dos indivíduos se verificar incongruente com as suas crenças rígidas (Makin-Byrd & Azar, 2011). De acordo com evidências passadas, fatores como o género, idade, nível educacional e testemunhar violência interparental influenciam as crenças legitimadoras de violência (Han et al., 2017; Mitchell et al., 2013), mais especificamente, o facto de estar casado, apresentar níveis educacionais baixos, baixos rendimentos e ainda, idade mais avançada.

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

Apesar da maioria dos estudos realizados se focarem mais na população do género masculino, as investigações que consideram ambos os géneros têm chegado a resultados onde se verificam diferenças, sendo o género masculino mais tolerante à violência nas relações de intimidade comparativamente ao género feminino (Han et al., 2017; Neves & Almeida, 2020), evidenciando também a relação positiva entre atos violentos e legitimação de violência neste género (Machado et al., 2010). Estes resultados podem ser influenciados pelas normas sociais e atitudes acerca de papéis de género mais tradicionais que se verificam na comunidade (Tran et al., 2016), uma vez que parceiros violentos do género masculino, quando comparados com parceiros não violentos do mesmo género, revelam viés cognitivo (Makin-Byrd & Azar, 2011).

Em última análise, os resultados do estudo de Pournaghash-Tehrani (2011) revelaram que indivíduos que sustentam crenças que consideram a violência contra o cônjuge um ato aversivo, revelam uma menor perpetração de violência em contexto de intimidade. Este é um aspeto crítico a ter em atenção aquando da intervenção com ofensores de VRI, uma vez que a componente cognitiva influencia a realidade percebida dos indivíduos e revela-se bastante significativa na predição de possíveis atos de violência contra o/a parceiro/a.

Um conceito que também tem vindo a ser alvo de investigação, nos últimos anos, relativamente à mudança comportamental relacionada com o crime e populações ofensoras é a motivação e a prontidão para a mudança. Este conceito tem vindo a ser estudado à luz do Modelo Transteórico de Mudança (TTM) (Prochaska & Diclemente, 1983) sendo o mesmo constituído por cinco fases: pré-contemplação, contemplação, preparação, ação e manutenção. A fase de *pré-contemplação* é caracterizada por ser uma fase em que o indivíduo não considera que tem um problema e não tem a intenção de tomar medidas para o alterar nos próximos 6 meses. Na fase de *contemplação*, o indivíduo considera a possibilidade de mudança, começando a ter consciência do problema, mas não apresenta compromisso para com a mesma. Relativamente à fase de *preparação*, o indivíduo tenciona agir nos próximos 30 dias e está comprometido com a mudança, tendo iniciado os primeiros passos em direção a esta. Quanto à fase de *ação*, o indivíduo trabalha ativamente no sentido de atingir os objetivos propostos através de mudanças mensuráveis e durante um período inferior a 6 meses. Por fim, em relação à fase de *manutenção*, verifica-se um esforço de consolidação do que foi aprendido anteriormente e o indivíduo trabalha no sentido de prevenir uma possível recaída. Importa notar que a mudança ao longo das fases enumeradas ocorre de forma gradual através da utilização de estratégias implementadas pelo indivíduo,

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

sendo que pode existir conflito na gestão entre os benefícios mais proximais e os potenciais benefícios mais distais, bem como dos custos envolvidos no processo (Prochaska & Norcross, 2013).

Apesar da sua utilização e investigação se ter direcionado, inicialmente, para problemáticas relacionadas com adições, nomeadamente consumo de substâncias e de álcool (Cunningham et al., 1997; Prochaska & Diclemente, 1983), os investigadores têm utilizado o TTM na construção de instrumentos de avaliação (Levesque et al., 2008) e em programas de intervenção com a população ofensora em relações de intimidade (Alexander & Morris, 2008; Scott & Wolfe, 2003). Os resultados do estudo de Levesque et al. (2000), realizado com uma amostra de perpetradores do género masculino em tratamento, revelou que os participantes que se encontravam em estádios mais avançados de mudança, utilizariam mais estratégias para pôr fim à violência, assim como culpariam menos as suas parceiras. No entanto, importa considerar a influência que múltiplos e complexos fatores têm na motivação para mudar determinados comportamentos (Gray et al., 2016). Quanto às possíveis diferenças de género relativamente aos estádios de mudança, estas revelaram-se inexistentes (Babcock et al., 2005; Murphy & Maiuro, 2009), concluindo-se que o TTM se pode aplicar ao género feminino da mesma forma que ao género masculino.

É importante notar que, associado ao conceito de motivação para a mudança e a todos os processos e esforços realizados de forma intencional pelo indivíduo no sentido de cessar comportamentos indesejados, surge também o conceito de resistência à mudança, sendo este considerado no TTM. Esta resistência torna-se especialmente relevante no trabalho realizado com perpetradores em relações de intimidade, uma vez que, na maioria das vezes, estes não consideram existir qualquer tipo de problema (Eckhardt & Utschig, 2007).

O corpo de literatura existente revela uma vasta série de investigação relacionada com o conceito de motivação para a mudança e com ofensores em programas de tratamento relacionados com perpetração de atos de violência em relações de intimidade. No entanto, segundo o que foi apurado, no que diz respeito a estudos realizados com amostras da comunidade, estes revelam-se escassos, razão pela qual o presente estudo pretende contribuir com conhecimento empírico neste campo, tendo em consideração também as crenças legitimadoras de violência e os comportamentos agressivos ao longo da vida. Assim, de acordo com a pesquisa realizada, nenhum estudo anterior determinou os efeitos da combinação das presentes variáveis numa amostra portuguesa da comunidade.

Objetivos e Hipóteses

Face à revisão anteriormente exposta, o presente estudo tem como objetivos (1) analisar a relação existente entre comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetração de comportamentos abusivos na intimidade, crenças legitimadoras de violência e motivação para a mudança, (2) analisar a relação entre variáveis sociodemográficas e comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetração de comportamentos abusivos na intimidade, crenças legitimadoras de violência e motivação para a mudança; (3) comparar indivíduos do gênero masculino e do gênero feminino relativamente a comportamentos agressivos ao longo da vida, comportamentos abusivos na intimidade, crenças legitimadoras de violência doméstica e motivação para a mudança.

Considerando os objetivos descritos, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação tendo por base as relações sugeridas pela literatura: H1: Indivíduos mais velhos reportam mais comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetram mais violência na intimidade, apresentam mais crenças legitimadoras de violência e evidenciam níveis mais baixos de motivação para a mudança; H2: Indivíduos desempregados reportam mais comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetram mais violência na intimidade, apresentam mais crenças legitimadoras e evidenciam níveis mais baixos de motivação para a mudança; H3: Indivíduos com NSE e educacional baixos reportam mais comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetram mais violência na intimidade, apresentam mais crenças legitimadoras de violência e evidenciam níveis mais baixos de motivação para a mudança; H4: Indivíduos do gênero masculino reportam mais comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetram mais violência na intimidade, apresentam mais crenças legitimadoras de violência e evidenciam níveis mais baixos de motivação para a mudança do que indivíduos do gênero feminino; H5: Indivíduos que relatam a ocorrência de atos agressivos ao longo da vida, perpetram mais violência na intimidade, apresentam mais crenças legitimadoras de violência e evidenciam níveis mais baixos de motivação para a mudança.

Método

Participantes

De um total recolhido de 1035 participantes, 40 não deram o seu consentimento para participação e 778 não foram considerados elegíveis para o estudo por não cumprirem os critérios de inclusão (i.e., perpetrarem violência em relações de intimidade). Assim, o presente estudo incluiu uma amostra de 217 indivíduos da comunidade, 183 (84.3%) do género feminino e 34 (15.7%) do género masculino. As idades dos participantes variaram entre os 18 e os 60 anos de idade ($M = 32.44$; $DP = 11.49$). A maioria dos participantes era heterossexual (88.9%), solteiro/a (55.8%) e possuía o ensino superior (71.5%). Relativamente à nacionalidade, a maioria era de nacionalidade portuguesa (94.5%), seguindo-se a brasileira (5.1%) e existindo apenas 1 participante (0.5%) de outra nacionalidade. 45.6% dos participantes encontrava-se empregado/a e 49.3% pertencia a um nível socioeconómico (NSE) médio. 65.9% dos participantes da amostra encontravam-se, no momento, numa relação de intimidade, sendo que 34.1% não estavam numa relação. A duração da relação variava entre 1 mês e 360 meses ($M = 57.03$; $DP = 83.82$). 33.6% dos participantes referiu ter filhos, sendo que o número de filhos variava entre 0 e 5 ($M = 0.58$; $DP = 0.95$). Relativamente a contactos prévios com o sistema de justiça, apenas 4 (1.8%) participantes afirmou já ter tido.

Na Tabela 1 são apresentadas as características sociodemográficas e jurídico-penais da amostra.

Tabela 1*Características Sociodemográficas e Jurídico-Penais da Amostra.*

	<i>n</i>	%
Género		
Feminino	183	84.3%
Masculino	34	15.7%
Orientação Sexual		
Heterossexual	193	88.9%
Bissexual	17	7.8%
Homossexual	4	1.8%
Outra	3	1.4%
Estado Civil		
Solteiro/a	121	55.8%
Casado/a ou União de Facto	66	30.4%
Separado/a ou Divorciado/a	26	12.0%
Escolaridade		
3º ciclo	4	1.8%
Ensino Secundário	58	26.7%
Ensino Superior	155	71.5%
Nacionalidade		
Portuguesa	205	94.5%
Brasileira	11	5.1%
Outra	1	0.5%
Situação Profissional		
Empregado/a	99	45.6%
Desempregado/a	27	12.4%
Estudante	91	41.9%
Nível Socioeconómico (NSE)		

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

	Baixo	12	5.5%
	Médio-Baixo	77	35.5%
	Médio	107	49.3%
	Médio-Alto	20	9.2%
	Alto	1	0.5%
Relação Atual			
	Sim	143	65.9%
	Não	74	34.1%
Filhos			
	Sim	73	33.6%
	Não	144	66.4%
Contacto com o sistema de justiça			
	Sim	4	1.8%
	Não	213	98.2%

Nota. n = número de participantes.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico e Jurídico-Penal. Consistiu num questionário construído para o presente estudo, onde foram recolhidas informações sobre idade, género, orientação sexual, estado civil, escolaridade, nacionalidade, situação profissional, nível socioeconómico, existência de relação íntima atual, existência de filhos e contactos prévios com o sistema de justiça.

Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (E.C.V.C.; Machado et al., 2008). Consiste num instrumento de autorrelato que avalia crenças em relação a violência física e psicológica no contexto de relações de intimidade, sendo constituída por 25 itens, referentes a crenças comuns sobre violência conjugal (e.g., “um/a parceiro/a infiel merece ser maltratado/a”). Os itens são cotados numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 – discordo totalmente a 5 – concordo totalmente). A pontuação total é obtida através da soma das respostas dos participantes a cada um dos itens. Na análise fatorial da ECVC foram identificados quatro fatores: Fator 1 – legitimação e banalização da pequena violência, Fator 2 – legitimação da violência pela conduta da mulher, Fator 3 – legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas e Fator 4 – legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar.

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

O instrumento original (Machado et al., 2008) apresentou um alfa de Cronbach de .93 para o total da escala, sendo que para a presente amostra obteve-se um valor de .86.

Life History Aggression (LHA; Coccaro et al., 1997; versão portuguesa de Cruz & Barbosa, 2013). É uma escala que avalia a frequência de ocorrência de atos agressivos do indivíduo ao longo da vida, incluindo durante a adolescência e na juventude. É composta por 11 itens sob a forma de questionário de autorrelato, sendo utilizada uma escala tipo *Likert* de 6 pontos (0 – *nunca aconteceu a* 5 – *ocorreu tantas vezes que não consigo quantificar*), permitindo obter informação sobre a frequência de atos agressivos. São avaliados 3 domínios com o instrumento: (1) agressão, (2) agressão autodirigida e (3) consequências/comportamento antissocial. Relativamente à consistência interna, o instrumento original (Coccaro et al., 1997) apresenta um alfa de Cronbach de .88, sendo que a versão portuguesa (Cruz & Barbosa, 2013) apresenta .71 para a escala completa. Para a presente amostra, obteve-se um alfa de .76.

Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.; Machado et al., 2008). Consiste num instrumento de autorrelato que permite avaliar a prevalência e a frequência de atos de violência física e emocional. Está dividido em duas partes, sendo que a Parte A avalia atos de violência recebidos por parceiros íntimos e a parte B avalia atos de violência perpetrados. O instrumento apresenta 21 itens que incluem comportamentos fisicamente abusivos (e.g., dar uma bofetada) e emocionalmente abusivos (e.g., gritar ou ameaçar, para meter medo). É pedido ao sujeito, quanto aos comportamentos referidos nos itens, que indique se a) já o adotou no contexto da sua relação atual, b) se o seu parceiro/a já o adotou em relação a si, c) se já o adotou numa relação passada ou d) se um(a) parceiro/a já o adotou em relação a si. Se a resposta for afirmativa, o participante é questionado acerca da frequência dos mesmos: a) uma única vez ou b) mais do que uma vez. Para a presente investigação, utilizou-se a parte B para selecionar os participantes que já tinham perpetrado algum ato de violência contra o/a parceiro/a ou ex-parceiro/a. Para a presente amostra, obteve-se um alfa de Cronbach de .80 para a escala global, referente à Parte B.

Escala de Avaliação da Mudança da Universidade de Rhode Island – Violência Doméstica - Revista (URICA-DV-R; Levesque, 2006; tradução para português de Cunha & Gonçalves, 2010). É um instrumento de autorrelato que avalia o estágio de mudança em que o indivíduo se encontra, de acordo com o Modelo Transteórico de Mudança (TTM) e a sua preparação para alterar o comportamento violento em relação ao parceiro íntimo. É composto por 20 itens (e.g., “não vejo interesse em focar-me na violência na minha relação”), respondidos numa escala do tipo *Likert* (1 - discordo

fortemente até 5 - concordo fortemente). A escala permite a identificação do estágio em que os indivíduos se encontram: Pré-contemplação, Contemplação, Ação e Recaída, sendo possível obter um índice global de preparação para a mudança (RCI – Readiness to Change Índice) através da fórmula $RCI = Contemplação + Ação + Manutenção - Pré-contemplação$. Relativamente ao alfa de Cronbach, verificou-se no artigo de validação que, em três amostras distintas de agressores conjugais em intervenção, a média para as quatro escalas foi de .70, .77, .83 e .75, respetivamente, para pré-contemplação, contemplação, ação e recaída. Para a presente amostra, o instrumento apresentou um alfa de Cronbach de .50 para a escala de pré-contemplação, de .81 para a escala de contemplação, de .93 para a escala de ação e .80 para a escala de recaída.

Escala de Respostas Socialmente Desejáveis - 5 (SDRS-5; Hays et al., 1989; versão portuguesa de Pechorro et al., 2019). Consiste numa medida de autorresposta em formato breve constituída por 5 itens que avalia o grau em que as respostas de autorrelato podem ser influenciadas pela desejabilidade social. Os participantes respondem numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1 – *totalmente verdadeiro* a 5 – *totalmente falso*), sendo que pontuações mais elevadas correspondem a níveis de desejabilidade social mais elevados. Um exemplo de questão inserida no instrumento é “Já me aproveitei de outras pessoas para meu ganho pessoal”. A nível de consistência interna, o instrumento original (Hays et al., 1989) apresenta um alfa de Cronbach de .66 e .68, e a versão portuguesa (Pechorro et al., 2019) apresenta para amostra feminina .71 e para a masculina .72. Na amostra do presente estudo, o instrumento apresentou um valor de .50 para a escala total.

Procedimento

A presente investigação foi, primeiramente, submetida à Subcomissão de Ética das Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho, tendo sido obtido parecer positivo para prosseguir com a mesma, garantindo assim a conformidade com os princípios éticos fundamentais. Os critérios de inclusão no estudo foram ter idade igual ou superior a 18 anos de idade, ter a língua portuguesa como língua materna, e ter perpetrado, pelo menos uma vez, um ato de violência contra o/a parceiro/a ou ex-parceiro/a.

Os dados foram recolhidos na forma de um questionário online divulgado através da disponibilização de um link através de e-mail e de plataformas de redes sociais (e.g., Facebook, Instagram). A primeira página era constituída pelo consentimento informado, onde os participantes foram informados do objetivo do estudo, do caráter voluntário e do anonimato da sua participação. Se o participante desse o seu consentimento, o questionário continuava para o questionário sociodemográfico

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

e jurídico-penal e para os instrumentos previamente definidos. O preenchimento dos questionários teve uma duração aproximada de 15/20 minutos.

Após o término da recolha de dados, procedeu-se à seleção dos participantes que cumpriam os critérios de inclusão acima definidos para a presente investigação, tendo-se excluído os participantes que não cumpriam estes critérios.

Análise de Dados

A análise de dados foi realizada com recurso ao software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), sendo utilizada a versão 27. Para o cálculo do poder estatístico recorreu-se ao programa G*Power 3.1. Procedeu-se então à caracterização sociodemográfica da amostra, recorrendo-se a estatísticas descritivas para este efeito.

Seguidamente, procedeu-se à testagem da normalidade dos dados, realizando-se o teste de Kolmogorov-Smirnov. Verificou-se que nenhuma das variáveis em estudo cumpria o pressuposto da normalidade. No entanto, foram realizados tanto os testes paramétricos como os não paramétricos para todas as análises, tendo-se optado pelos resultados produzidos pelos testes paramétricos quando as conclusões produzidas foram similares, e pelos testes não-paramétricos quando as conclusões se verificaram distintas, de forma a manter o rigor estatístico (Fife-Schaw, 2000), tendo também em consideração o tamanho da amostra ($n > 30$) e o poder dos testes paramétricos relativamente aos não paramétricos (Wadgave & Khairnar, 2019).

Desta forma, foram realizadas análises correlacionais através do coeficiente de correlação de *Spearman* (r_s) de forma a analisar a relação entre variáveis sociodemográficas [e.g., idade, nível socioeconómico (NSE) e nível educacional] e as principais variáveis, e recorreu-se ainda ao teste de *Kruskal-Wallis* para averiguar se existiram diferenças nas principais variáveis ao nível da situação profissional. Recorreu-se também ao teste de *Mann-Whitney* com o objetivo de realizar comparações em função do género. Foram, ainda, realizadas análises correlacionais através do coeficiente de correlação de *Pearson* (r) de forma a analisar a associação entre as principais variáveis. Por fim, realizaram-se regressões lineares múltiplas de forma a explorar quais as variáveis que melhor predizem a perpetração de violência em relações de intimidade e, ainda, a preparação para a mudança. Atendendo ao reduzido número de participantes em algumas categorias, nomeadamente na variável nível socioeconómico (NSE), esta foi recodificada em nível “baixo”, “médio” e “alto”.

Resultados

Variáveis sociodemográficas, VRI, comportamentos antissociais, crenças e motivação para a mudança

Idade

Verificaram-se correlações negativas estatisticamente significativas entre a idade e o ECVC Total ($r_s = -.182, p = .007$), o Fator 3 do ECVC ($r_s = -.185, p = .006$) e o Fator 4 do ECVC ($r_s = -.170, p = .012$) (cf. Tabela 2). Assim, à medida que a idade aumenta, a legitimação de crenças de violência diminui, nomeadamente a legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas e a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. Não se verificaram correlações significativas relativamente às restantes variáveis.

Nível socioeconómico (NSE)

Por forma a permitir a realização da análise, a variável NSE foi recodificada nas categorias “baixo” ($n = 12, 5.5\%$), “médio” ($n = 184, 84.8\%$) e “alto” ($n = 21, 9.7\%$). Foi possível verificar a existência de correlações negativas estatisticamente significativas entre o NSE e o LHA ($r_s = -.223, p = .001$), o IVC Total ($r_s = -.152, p = .026$) e o Fator 1 do IVC ($r_s = -.140, p = .040$) (cf. Tabela 2). Deste modo, participantes com NSE mais baixo relatam maior ocorrência de atos agressivos ao longo da vida e maior perpetração de violência na intimidade, nomeadamente violência física. Quanto às restantes variáveis, não se verificaram correlações significativas.

Nível educacional

Apenas se verificou a existência de uma correlação negativa estatisticamente significativa entre o nível educacional e o Fator 1 do URICA ($r_s = -.149, p = .029$), ou seja, a pré-contemplação (cf. Tabela 2). Assim, participantes com níveis educacionais mais elevados apresentam pontuações mais baixas no estágio de pré-contemplação.

Situação Profissional

Da análise do teste de *Kruskal-Wallis* observaram-se diferenças significativas ao nível do IVC Total [$\chi^2(2) = 8.77, p = .012$] em função da situação profissional dos participantes (cf. Tabela 2).

Realizaram-se também testes *Mann-Whitney* com Correção de *Bonferroni* para fazer as comparações entre os grupos, tendo sido ajustado o nível de significância de $p = .05$ para $p = .017$, com o intuito de contrariar a probabilidade de ocorrência de Erro Tipo I. Apenas se verificaram diferenças

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

estatisticamente significativas entre o grupo “Desempregado/a” (*Ordem média* = 135.48) e o grupo “Estudante” (*Ordem média* = 97.71), $U = 814.50$, $p = .005$. Assim, participantes desempregados relataram maior perpetração de violência na intimidade comparativamente aos participantes estudantes.

Tabela 2

Coefficientes de correlação Spearman e testes de diferenças Kruskal-Wallis entre as variáveis sociodemográficas e as principais variáveis.

	Idade	Nível Socioeconómico	Nível Educacional	Situação Profissional
	r_s	r_s	r_s	χ^2
ECVC Total	-.182**	.023	-.008	4.69
Fator 1 ECVC	-.105	.027	.038	3.34
Fator 2 ECVC	.026	.047	-.045	.30
Fator 3 ECVC	-.185**	.032	-.027	4.60
Fator 4 ECVC	-.170*	.070	.013	5.15
LHA	-.066	-.223**	-.091	4.32
IVC Total	.084	-.152*	-.062	8.77*
Fator 1 IVC	.018	-.140*	-.116	5.77
Fator 2 IVC	.108	-.081	.031	4.44
RCI	-.009	-.068	.051	.51
Fator 1 URICA	-.038	.017	-.149*	4.19
Fator 2 URICA	.069	-.060	-.003	2.38
Fator 3 URICA	.016	-.010	.047	1.24
Fator 4 URICA	-.039	-.090	.026	.25

Nota. Fator 1 ECVC = “Legitimação e banalização da pequena violência”; Fator 2 ECVC = “Legitimação da violência pela conduta da mulher”; Fator 3 ECVC = “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”; Fator 4 ECVC = “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”; Fator 1 IVC = Violência Física; Fator 2 IVC = Violência Psicológica; Fator 1 URICA = Pré-contemplação; Fator 2 URICA = Contemplação; Fator 3 URICA = Ação; Fator 4 URICA = Recaída; * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

Género

Verificaram-se as diferenças entre os participantes do género feminino e do género masculino na perpetração de VRI, crenças legitimadoras de violência, comportamentos agressivos ao longo da vida e motivação para a mudança, recorrendo-se ao teste de *Mann-Whitney* para este efeito. Os resultados mostraram diferenças estatisticamente significativas ao nível da ECVC Total, do Fator 1 da ECVC, do Fator 2 da ECVC, do Fator 3 da ECVC, do Fator 4 da ECVC e do RCI (cf. Tabela 3).

Assim, verificou-se que os participantes do género masculino revelaram maior legitimação das crenças de violência de forma geral, e mais especificamente, maior legitimação e banalização da pequena violência, da violência pela conduta da mulher, da violência pela sua atribuição a causas externas e da violência pela preservação da privacidade familiar, comparativamente aos participantes do género feminino. Por sua vez, verificou-se que os participantes do género feminino revelaram um índice de preparação para a mudança superior ao dos participantes do género masculino.

Tabela 3*Diferenças entre gêneros ao nível das principais variáveis*

	<i>Feminino</i>		<i>Masculino</i>		<i>U</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
ECVC Total	32.51	5.88	42.71	10.14	1079.00***
Fator 1 ECVC	11.39	2.32	15.71	5.04	1238.00***
Fator 2 ECVC	12.62	2.47	16.85	5.47	1455.00***
Fator 3 ECVC	15.28	3.69	18.85	3.78	1531.00***
Fator 4 ECVC	4.69	1.03	6.32	1.89	1427.00***
LHA	10.20	6.21	11.21	4.95	2552.50
IVC Total	2.52	3.46	2.26	1.93	2965.00
Fator 1 IVC	.87	2.11	.76	1.21	3008.00
Fator 2 IVC	1.65	1.67	1.50	1.64	2932.00
RCI	27.34	8.61	25.22	7.47	2394.50*
Fator 1 URICA	13.13	2.23	13.37	2.90	2767.00
Fator 2 URICA	13.14	2.81	12.72	2.36	3089.50
Fator 3 URICA	15.50	3.35	14.74	3.21	2718.50
Fator 4 URICA	11.83	2.85	11.13	2.30	2645.50

Nota. Fator 1 ECVC = “Legitimação e banalização da pequena violência”; Fator 2 ECVC = “Legitimação da violência pela conduta da mulher”; Fator 3 ECVC = “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”; Fator 4 ECVC = “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”; Fator 1 IVC = Violência Física; Fator 2 IVC = Violência Psicológica; Fator 1 URICA = Pré-contemplação; Fator 2 URICA = Contemplação; Fator 3 URICA = Ação; Fator 4 URICA = Recaída; * $p < .05$; *** $p < .001$

VRI, comportamentos antissociais, crenças e motivação para a mudança

Foram realizadas correlações de *Pearson* entre as principais variáveis, nomeadamente, perpetração de comportamentos abusivos na intimidade, crenças legitimadoras de violência, comportamentos agressivos ao longo da vida e motivação para a mudança. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Verificaram-se correlações estatisticamente significativas entre a LHA e o Fator 4 da ECVC, o IVC Total, o Fator 1 do IVC, o Fator 2 do IVC, o Fator 2 do URICA, o Fator 3 do URICA, o Fator 4 do URICA e o RCI. Assim, os participantes que reportaram maior ocorrência de comportamentos agressivos ao longo da vida, apresentaram maior legitimação da violência pela preservação da

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

privacidade familiar, perpetraram mais VRI, nomeadamente física e psicológica, e evidenciaram ainda maior preparação para a mudança e níveis mais elevados nos estádios de contemplação, ação e recaída.

Verificaram-se também correlações estatisticamente significativas entre o Fator 2 do IVC e o Fator 3 do URICA, o Fator 4 do URICA e o RCI (cf. Tabela 4). Neste sentido, participantes que reportaram maior perpetração de violência psicológica, revelaram maior preparação para a mudança e níveis mais elevados nos estádios de ação e recaída.

Por fim, o Fator 1 do URICA correlacionou-se de forma significativa com a ECVC Total, o Fator 1 do ECVC, o Fator 2 do ECVC e o Fator 3 do ECVC (cf. Tabela 4). Assim, participantes que se encontravam no estágio de pré-contemplação revelaram maior legitimação de crenças de violência, nomeadamente da pequena violência, da violência pela conduta da mulher e da atribuição a causas externas.

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

Tabela 4

Correlações de Pearson entre as principais variáveis.

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
1. ECVC Total	1													
2. Fator 1 ECVC	.883***	1												
3. Fator 2 ECVC	.903***	.811***	1											
4. Fator 3 ECVC	.860***	.638***	.736***	1										
5. Fator 4 ECVC	.713***	.627***	.619***	.420***	1									
6. LHA	.091	.122	.082	-.007	.150*	1								
7. IVC Total	.056	.083	.040	.012	.032	.542***	1							
8. Fator 1 IVC	.091	.110	.051	.058	.068	.477***	.912***	1						
9. Fator 2 IVC	.000	.031	.017	-.046	-.020	.491***	.870***	.591***	1					
10. RCI	-.009	-.004	-.036	-.045	.008	.220**	.126	.069	.165*	1				
11. Fator 1 URICA	.221**	.184**	.239***	.235***	.075	.038	.004	.041	-.041	-.273***	1			
12. Fator 2 URICA	.054	.038	.037	.013	.047	.219**	.104	.073	.117	.929***	-.063	1		
13. Fator 3 URICA	.033	.033	.003	.015	.003	.184**	.130	.090	.148*	.907***	-.005	.889***	1	
14. Fator 4 URICA	.067	.066	.050	.030	.038	.265***	.128	.066	.173*	.809***	.078	.721***	.680***	1

Nota. Fator 1 ECVC = “Legitimação e banalização da pequena violência”; Fator 2 ECVC = “Legitimação da violência pela conduta da mulher”; Fator 3 ECVC = “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”; Fator 4 ECVC = “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”; Fator 1 IVC = Violência Física; Fator 2 IVC = Violência Psicológica; Fator 1 URICA = Pré-contemplação; Fator 2 URICA = Contemplação; Fator 3 URICA = Ação; Fator 4 URICA = Recaída; * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Predição da perpetração de VRI e da preparação para a mudança

Foram realizadas duas regressões lineares múltiplas por forma a identificar quais as variáveis (i.e., idade, ECVC Total, LHA, RCI, SDRS-5) que melhor predizem a perpetração de VRI (Modelo I) e quais as variáveis (i.e., idade, ECVC Total, LHA, IVC Total, SDRS-5) que melhor predizem a preparação para a mudança (Modelo II), uma vez que as variáveis introduzidas se relacionavam de forma significativa com cada uma das variáveis a predizer, decorrentes das análises anteriores. Foi, ainda, adicionada a desejabilidade social ao conjunto de variáveis predictoras. A Tabela 5 apresenta as regressões realizadas.

No modelo I foram introduzidas as variáveis idade, ECVC Total, LHA, RCI e SDRS-5 para identificar quais as que melhor predizem a perpetração de VRI. Relativamente ao Modelo I, este revelou-se estatisticamente significativo, $F(5, 211) = 18.734$, $p < .001$, explicando 31% da variância ($R^2 = .307$; $R^2 \text{ ajustado} = .291$). Das variáveis analisadas, apenas a LHA revelou uma contribuição estatisticamente significativa, $p < .001$. Assim, os resultados sugerem que os participantes que relataram maior frequência de atos agressivos ao longo da vida, são os que perpetraram mais violência na intimidade.

No Modelo II foram introduzidas as variáveis idade, ECVC Total, LHA, IVC Total e SDRS-5 para identificar quais as que melhor predizem a preparação para a mudança. Quanto ao Modelo II, este revelou-se estatisticamente significativo, $F(5, 211) = 2.316$, $p = .045$, sendo explicada apenas 5,2% da variância ($R^2 = .052$; $R^2 \text{ ajustado} = .030$). A variável que contribuiu de forma significativa para o modelo foi a LHA, $p = .008$. Este resultado indicou que os participantes que relataram maior frequência de atos agressivos ao longo da vida, apresentaram maiores índices de preparação para a mudança.

Tabela 5*Regressões lineares múltiplas para o IVC Total e o RCI*

Modelo I.	Variáveis	β	t	p	IC 95%
IVC	Idade	.086	1.449	.149	[-.009, .058]
	ECVC Total	.007	.126	.900	[-.046, .052]
	LHA	.547	9.231	.000	[.233, .359]
	RCI	.010	.162	.871	[-.041, .048]
	SDRS-5	-.103	-1.752	.081	[-.264, .016]
Modelo II.					
RCI	Idade	.024	.344	.731	[-.083, .119]
	ECVC Total	-.023	-.336	.737	[-.173, .123]
	LHA	.217	2.686	.008	[.081, .528]
	IVC Total	.013	.162	.871	[-.377, .445]
	SDRS-5	.043	.619	.536	[-.292, .559]

Discussão

A presente investigação teve como objetivo analisar a relação entre comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetração de comportamentos abusivos na intimidade, crenças legitimadoras de violência e motivação para a mudança. Pretendeu-se também analisar a relação entre estas variáveis e variáveis sociodemográficas e, ainda, comparar indivíduos do género masculino e feminino no que diz respeito às mesmas variáveis.

Relativamente às variáveis sociodemográficas, nomeadamente à idade, os resultados demonstraram que participantes mais velhos pareceram legitimar menos VRI, nomeadamente violência pela sua atribuição a causas externas e pela preservação da privacidade familiar. Apesar deste resultado não ir ao encontro de estudos anteriores (e.g., Han et al., 2017; Mitchell et al., 2013) nem à hipótese previamente definida (Hipótese 1), este resultado poderá prender-se com o facto de as crenças serem transmitidas em contexto familiar e de uma geração para a outra (Seráfica & Vargas, 2006), e, quando estas denotam VRI, a geração mais jovem poderá assumir e estabelecer as mesmas como verdadeiras, tornando os jovens, tendencialmente, mais tolerantes a esta problemática. Desta forma, seria relevante direccionar a intervenção com a comunidade para

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

faixas mais jovens, no sentido de educar sobre a temática da VRI e, conseqüentemente, diminuir a legitimação destes comportamentos.

Quanto à situação profissional dos participantes, os resultados mostraram diferenças entre os participantes desempregados e os estudantes, com os participantes desempregados a relatarem maior perpetração de VRI. Assim, a Hipótese 2 foi parcialmente corroborada. Relativamente ao NSE, os resultados revelaram que participantes com NSE mais baixo relataram maior ocorrência de atos agressivos ao longo da vida e maior perpetração de VRI, nomeadamente violência física. De acordo com estudos anteriores, o desemprego tem sido, reiteradamente, considerado um fator de risco para a perpetração de VRI (Capaldi et al., 2012), podendo isto dever-se ao facto de a falta de recursos económicos sentida pelos indivíduos ser uma potencial fonte de stress familiar (Matjasko et al., 2013; Reichel, 2017), originando momentos de maior tensão e conseqüente perpetração de VRI. Se, durante os anos de desenvolvimento, os indivíduos forem sujeitos a este tipo de ambiente disfuncional, haverá uma tendência para estes se envolverem em condutas antissociais (Moffit, 2006), incluindo a perpetração de VRI na fase adulta (Verbruggen et al., 2020). Assim, torna-se necessário atuar ao nível dos indivíduos que apresentem menor NSE em função da situação profissional, com o intuito de reduzir as dificuldades emocionais geradas.

Em relação ao nível educacional, os participantes com níveis educacionais mais elevados revelaram pontuações mais baixas no estágio de pré-contemplação. Assim, a Hipótese 3 foi parcialmente corroborada. Este resultado poderá ser explicado, possivelmente, pelo acesso mais habitual e facilitado a informação empírica, e que permitirá aos indivíduos através da recolha necessária de informação para alterar determinada conduta, a passagem para um estágio mais avançado de mudança e direcionado para a ação. Uma das possíveis explicações para não se verificarem relações entre perpetração de VRI e nível educacional, pode ser devido ao facto de o baixo NSE ser um fator de risco mais robusto, comparativamente com o nível educacional (Capaldi et al., 2012).

No que concerne ao género, os resultados obtidos revelaram diferenças entre o masculino e o feminino no que diz respeito às crenças legitimadoras de violência e à preparação para a mudança. O género masculino revelou uma maior legitimação das crenças de violência comparativamente com o género feminino, sendo este resultado congruente com o que tem vindo a ser reportado na literatura (Han et al., 2017) e, conseqüentemente, um preditor de perpetração de VRI (Pournaghash-Tehrani, 2011). Possivelmente, esta maior legitimação da VRI pelo género

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

masculino poderá dever-se às crenças patriarcais que ainda se encontram incutidas na população portuguesa. Este resultado demonstra a necessidade de perceber melhor como funcionam os vieses cognitivos e de que forma são reforçados (Makin-Byrd & Azar, 2011). Por sua vez, os participantes do género feminino revelaram um índice de preparação para a mudança superior aos do género masculino, tal como seria esperado com a presente investigação. Assim, a Hipótese 4 foi corroborada. Apesar de alguns estudos revelarem que não existem diferenças entre os géneros relativamente aos estádios de mudança (Babcock et al., 2005; Murphy & Maiuro, 2009), a investigação que tem vindo a ser realizada tem-se focado em indivíduos do género masculino que se encontram em programas de tratamento (Eckhardt & Utsching, 2007). Desta forma, verificou-se que, na presente amostra da comunidade, paralelamente ao que se verifica nos programas de tratamento (Levesque et al., 2008), os indivíduos do género masculino revelaram maior resistência à mudança. Este resultado poderá ser explicado tendo em consideração o facto de o género masculino parecer legitimar mais a VRI, possivelmente devido a papéis de género que ainda se verificam na sociedade portuguesa, não percecionando a VRI como um problema e, conseqüentemente não considerando a necessidade de mudança. Por sua vez, talvez pelo facto de os indivíduos do género feminino serem, segundo as estatísticas portuguesas, a maior percentagem de vítimas de VRI (SIS, 2021), revelem maior consciência deste problema.

No entanto, importa ter em atenção o facto de a amostra do estudo ser constituída maioritariamente por participantes do género feminino, o que poderá ser um fator condicionante na análise conduzida entre os géneros. Apesar de se ter verificado que os participantes do género masculino legitimaram mais a VRI e os do género feminino revelaram índices superiores de motivação para a mudança, é importante refletir sobre a incidência de participantes do género feminino que revelaram já ter perpetrado algum ato de violência contra parceiro/a ou ex-parceiro/a. Tal como reportado anteriormente (Hardesty & Ogolsky, 2020; Theobald et al., 2016), em estudos realizados com a comunidade, a taxa de perpetração tende a ser maior para o género feminino, o que vai de encontro ao conceito de “simetria de género” de Straus (2009). Isto poderá ser um indicador das cifras negras em Portugal, estando a perpetração por indivíduos do género feminino, de certa forma, mais oculta e, paralelamente, a vitimização de indivíduos do género masculino.

Os resultados obtidos demonstraram que participantes que reportaram maior perpetração de violência psicológica revelaram maior preparação para a mudança e níveis mais elevados nos estádios de ação e recaída. Apesar de ser um resultado contraintuitivo, os indivíduos poderão

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

ganhar consciência de que a sua conduta não é a mais adequada e agir no sentido de mudança. Segundo Prochaska e Diclemente (1983), no estágio de ação, o indivíduo trabalha ativamente para atingir o seu objetivo de mudança. Efetivamente, os indivíduos que relataram mais perpetração de violência psicológica poderão demonstrar mais preparação para a mudança e, conseqüentemente, envolverem-se no processo de alteração da conduta. No entanto, estes poderão não ter o processo de mudança bem consolidado e tornar-se difícil a gestão entre custos e benefícios (Prochaska & Norcross, 2013), o que poderá levar à recaída.

Verificou-se, ainda, que os participantes que se encontravam no estágio de pré-contemplação revelaram maior legitimação de crenças de violência. Uma possível explicação para este resultado poderá residir no facto da fase de pré-contemplação ser caracterizada por inação e falta de consciência acerca do problema (Prochaska & Diclemente, 1983) e, conseqüentemente, os participantes não percecionarem as suas crenças de VRI como um problema.

Os resultados demonstraram ainda que a ocorrência de comportamentos agressivos ao longo da vida parece predizer a perpetração de VRI e a preparação para a mudança. Assim, a Hipótese 5 foi parcialmente corroborada. Tal como reportado em estudos anteriores, trajetórias de vida com maiores taxas de ofensa estão relacionadas com a posterior perpetração de VRI (Piquero et al., 2014; Verbruggen et al., 2020), uma vez que, tendencialmente, os indivíduos adotam uma postura mais antissocial na sociedade e nas suas relações mais próximas. E ainda, crenças transmitidas em contexto familiar estão relacionadas com a perpetração de VRI (Pournaghash-Tehrani, 2011), o que vai ao encontro dos resultados obtidos. Este resultado revelou a importância de se atuar com as populações mais jovens no sentido de cessar este tipo de comportamentos e, conseqüentemente, reduzir a taxa de perpetração de VRI na idade adulta. Relativamente ao facto de se ter verificado maior preparação para a mudança, uma possível explicação para este resultado inesperado poderá residir no facto de os indivíduos que têm mais comportamentos antissociais ao longo da vida ganharem algum entendimento sobre as suas condutas agressivas e conscientemente tentarem mudar as mesmas.

Contributos e Limitações

O presente estudo contribuiu para a investigação que tem vindo a ser realizada ao longo do tempo sobre a temática da VRI, considerando também os comportamentos agressivos ao longo da vida, as crenças legitimadoras de violência e o conceito de motivação para a mudança. Segundo apurado, esta investigação revela-se pioneira no estudo conjunto destas variáveis, numa amostra

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

da comunidade. Tal como enunciado anteriormente, as crenças legitimadoras de violência mais rígidas preveem maior perpetração de violência (Makin-Byrd & Azar, 2011), o que revela a necessidade de atuar ao nível cognitivo dos indivíduos que as apresentem. Também estádios mais avançados de mudança revelaram a intenção de pôr término à VRI (Levesque, 2000). No entanto, o processo de mudança através do TTM tem sido usado de forma privilegiada com perpetradores em programas de intervenção específicos. Assim, os resultados obtidos denotam especial relevância na medida em que deverão ser considerados em futuras estratégias preventivas e intervenções com a comunidade, dada a necessidade de reduzir a perpetração de VRI e manter a motivação para a mudança com os/as ofensores/as em contexto comunitário e com os recursos que se encontram disponíveis.

Não obstante as contribuições dadas pela presente investigação, importa também considerar as limitações inerentes na realização da mesma. A primeira prende-se com o facto de a amostra recolhida ser constituída maioritariamente por participantes do género feminino comparativamente ao masculino, o que poderá influenciar a representatividade da população em estudo e a conseqüente generalização dos resultados. Assim, investigações futuras devem procurar obter uma amostra mais equivalente entre géneros para que as comparações realizadas sejam mais precisas. Outra limitação refere-se ao facto de as respostas dos participantes terem sido recolhidas em formato online, o que permite aceder a amostras maiores, no entanto, a amostra recolhida poderá não ser representativa. Uma outra limitação consiste no facto de não haver controlo sobre a área geográfica de cada participante. Isto poderá ter levado a que as respostas obtidas sejam predominantes de determinadas áreas do país e relativas a participantes que utilizem a internet, especificamente redes sociais. Uma vez que isto poderá limitar a generalização dos resultados a Portugal, investigações futuras devem considerar a recolha de uma amostra comunitária proveniente de várias regiões do país. Ademais, uma vez que o presente estudo se debruçou apenas sobre a perpetração de violência contra o/a parceiro/a, seria relevante em futuras investigações considerar também a bidirecionalidade da perpetração de VRI, incluindo, desta forma, a vertente da vitimização. Por último, e considerando apenas a vertente quantitativa do presente estudo, futuras investigações poderão incluir uma dimensão qualitativa relativa à experiência subjetiva de perpetração de VRI dos participantes.

Concluindo, o presente estudo contribuiu para a compreensão da relação entre comportamentos agressivos ao longo da vida, perpetração de VRI, crenças legitimadoras de violência e motivação para a mudança, bem como a relação destas variáveis com variáveis

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

sociodemográficas e, ainda, as diferenças existentes em função do género dos participantes. Apesar de alguns resultados não serem consonantes com o corpo de literatura existente, estes trazem um outro entendimento sobre as temáticas em estudo e, ainda, a possibilidade de explorar formas de atuação diferenciadas com indivíduos da comunidade, uma vez que o tema da VRI continua a ter especial relevância na sociedade.

Referências

- Abramsky, T., Watts, C. H., Garcia-Moreno, C., Devries, K., Kiss, L., Ellsberg, M., Jansen, H. A. F. M., & Heise, L. (2011). What factors are associated with recent intimate partner violence? findings from the WHO Multi-country Study on women's Health and Domestic Violence. *BMC Public Health*, *11*(109), 1–17. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-109>
- Alexander, P. C., & Morris, E. (2008). Stages of change in batterers and their response to treatment. *Violence and Victims*, *23*(4), 476–492. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.23.4.476>
- Alhabib, S., Nur, U., & Jones, R. (2010). Domestic violence against women: Systematic review of prevalence studies. *Journal of Family Violence*, *25*(4), 369–382. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9298-4>
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. In *Psychological Bulletin* (Vol. 126, Issue 5, pp. 651–680). American Psychological Association Inc. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2020*
- Babcock, J. C., Canady, B. E., Senior, M. A., & Eckhardt, C. I. (2005). Applying the Transtheoretical Model to Female and Male Perpetrators of Intimate Partner Violence: Gender Differences in Stages and Processes of Change. *Violence and Victims*, *20*(2), 235–250. <https://doi.org/10.1891/vivi.2005.20.2.235>
- Brown, S. L., & Bulanda, J. R. (2008). Relationship violence in young adulthood: A comparison of daters, cohabitators, and marrieds. *Social Science Research*, *37*(1), 73–87. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2007.06.002>
- Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W., & Kim, H. K. (2012). A Systematic Review of Risk Factors for Intimate Partner Violence. *Partner Abuse*, *3*(2), 231–280. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.231>
- Coccaro, E. F., Berman, M. E., & Kavoussi, R. J. (1997). Assessment of life history of aggression: Development and psychometric characteristics. *Psychiatry Research*, *73*(3), 147–157. [https://doi.org/10.1016/S0165-1781\(97\)00119-4](https://doi.org/10.1016/S0165-1781(97)00119-4)
- Cruz, A. R., & Barbosa, F. (2013). *Life history of aggression: Estudo de validação com uma amostra da população portuguesa*. In A. Pereira, M. Calheiros, P. Vagos, I. Direito, S. Monteiro, C. F. Silva & Gomes, A. A. (Org.), Livro de atas do VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia (pp. 104–109). Associação Portuguesa de Psicologia.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2010). Escala de Avaliação da Mudança da Universidade de Rhode Island – Violência Doméstica Revista - URICA-DV-R (policopiado). Universidade do Minho, Centro de Investigação em Psicologia.
- Cunningham, J. A., Gavin, D. R., Sobell, L. C., Sobell, M. B., & Breslin, F. C. (1997). Assessing motivation for change: Preliminary development and evaluation of a scale measuring the costs and benefits of changing alcohol or drug use. *Psychology of Addictive Behaviors*, *11*(2), 107–114. <https://doi.org/10.1037/0893-164X.11.2.107>
- Eckhardt, C. I., & Utschig, A. C. (2007). Assessing readiness to change among perpetrators of intimate partner violence: Analysis of two self-report measures. *Journal of Family Violence*, *22*(5), 319–330. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9088-9>

- Fife-Schaw, C. (2000). Levels of measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, & C. Fife-Schaw (Eds.), *Research methods in psychology* (2nd ed., pp. 147–157). Sage.
- Garcia-Moreno, C., Heise, L., Jansen, H. A. F. M., Ellsberg, M., & Watts, C. (2005). Violence against women. In *Science* (Vol. 310, Issue 5752, pp. 1282–1283). <https://doi.org/10.1126/science.1121400>
- Gray, R., Broady, T., Gaffney, I., Lewis, P., Mokany, T., & O'Neill, B. (2016). 'I'm Working Towards Getting Back Together': Client Accounts of Motivation Related to Relationship Status in Men's Behaviour Change Programmes in New South Wales, Australia. *Child Abuse Review, 25*(3), 171–182. <https://doi.org/10.1002/car.2318>
- Han, Y. R., Jeong, G. H., & Kim, S. J. (2017). Factors influencing beliefs about intimate partner violence among adults in South Korea. *Public Health Nursing, 34*(5), 412–421. <https://doi.org/10.1111/phn.12326>
- Hardesty, J. L., & Ogolsky, B. G. (2020). A Socioecological Perspective on Intimate Partner Violence Research: A Decade in Review. *Journal of Marriage and Family, 82*(1), 454–477. <https://doi.org/10.1111/jomf.12652>
- Harvey, A., Garcia-Moreno, C., & Butchart, A. (2007). *Primary prevention of intimate-partner violence and sexual violence: Background paper for WHO expert meeting*.
- Hays, R. D., Hayashi, T., & Stewart, A. L. (1989). A five-item measure of socially desirable response set. *Educational and Psychological Measurement, 49*(3), 629–636. <https://doi.org/10.1177/001316448904900315>
- Levesque, D. A. (2006). *Processes of resistance in domestic violence offenders*. NCJRS, U.S. Department of Justice.
- Levesque, D. A., Gelles, R. J., & Velicer, W. F. (2000). Development and Validation of a Stages of Change Measure for Men in Batterer Treatment. *Cognitive Therapy and Research, 24*(2), 175–199. <https://doi.org/10.1023/A:1005446025201>
- Levesque, D. A., Velicer, W. F., Castle, P. H., & Greene, R. N. (2008). Resistance among domestic violence offenders: Measurement development and initial validation. *Violence Against Women, 14*(2), 158–184. <https://doi.org/10.1177/1077801207312397>
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2017). Exploring Help Seeking Experiences of Male Victims of Female Perpetrators of IPV. *Journal of Family Violence, 32*(5), 513–523. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9853-8>
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2008). *Manual da escala de crenças sobre violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.)* (3rd ed.). Psiquilíbrios.
- Machado, C., Martins, C., & Caridade, S. (2014). Violence in Intimate Relationships: A Comparison between Married and Dating Couples. *Journal of Criminology, 2014*, 1–9. <https://doi.org/10.1155/2014/897093>
- Machado, T. S., Macieira, I. M., & Carreiras, M. C. (2010). Violência nas relações de namoro: Influência de crenças e área de formação. *Psicologia, Educação e Cultura, 14*(2), 355–372.

- Makin-Byrd, K., & Azar, S. T. (2011). Beliefs and attributions of partner violence perpetrators: The physical and psychological violence of adolescent males. *Violence and Victims, 26*(2), 177–190. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.26.2.177>
- Matjasko, J. L., Niolon, P. H., & Valle, L. A. (2013). The Role of Economic Factors and Economic Support in Preventing and Escaping from Intimate Partner Violence. *J Policy Anal Manage, 32*(1), 122–128. <https://doi.org/10.1002/pam.21666>
- Mitchell, V., Parekh, K. P., Russ, S., Forget, N. P., & Wright, S. W. (2013). Personal experiences and attitudes towards intimate partner violence in healthcare providers in Guyana. *International Health, 5*(4), 273–279. <https://doi.org/10.1093/inthealth/iht030>
- Moffitt, T. E. (2006). Life-course-persistent versus adolescence-limited antisocial behavior. In Cicchetti, D., & Cohen, D. J. (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp. 570–598). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch15>
- Murphy, C. M., & Maiuro, R. D. (2009). Understanding and Facilitating the Change Process in Perpetrators and Victims of Intimate Partner Violence: An Introduction and Commentary. In C. M. Murphy & R. D. Maiuro (Eds.), *Motivational Interviewing and Stages of Change in Intimate Partner Violence*. Springer Publishing Company.
- Neves, A. C., & Almeida, I. S. (2020). Intimate partner batterers: irrational beliefs, distorted thoughts and concealment. In *Psychology and Law: Research for practice* (pp. 51–62). Sciendo. <https://doi.org/10.2478/9788395669682-005>
- Pechorro, P., Nunes, C., Gonçalves, R. A., Jesus, S. N., & Simões, M. R. (2019). The socially desirable response SET-5: Validation among a school sample of Portuguese youths. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica, 52*(3), 15–25. <https://doi.org/10.21865/RIDEP52.3.02>
- Piquero, A. R., Theobald, D., & Farrington, D. P. (2014). The overlap between offending trajectories, criminal violence, and intimate partner violence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 58*(3), 286–302. <https://doi.org/10.1177/0306624X12472655>
- Pournaghash-Tehrani, S. (2011). The Role of Beliefs, Attitudes and Adverse Childhood Experiences in Predicting Men's Reactions Towards Their Spouses' Violence. *Journal of Family Violence, 26*(2), 93–99. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9345-1>
- Prochaska, J. O., & Norcross, J. C. (2013). *Systems of Psychotherapy: A Transtheoretical Analysis* (8th ed.). Cengage Learning.
- Prochaska, J. Q., & Diclemente, C. C. (1983). Stages and Processes of Self-Change of Smoking: Toward An Integrative Model of Change. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 51*(3), 390–395. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.51.3.390>
- Reichel, D. (2017). Determinants of Intimate Partner Violence in Europe: The Role of Socioeconomic Status, Inequality, and Partner Behavior. *Journal of Interpersonal Violence, 32*(12), 1853–1873. <https://doi.org/10.1177/0886260517698951>
- Scott, K. L., & Wolfe, D. A. (2003). Readiness to change as a predictor of outcome in batterer treatment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*(5), 879–889. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.71.5.879>

MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA E CRENÇAS LEGITIMADORAS DE VRI

- Serafica, F. C., & Vargas, L. A. (2006). Cultural diversity in the development of child psychopathology. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Theory and method* (p. 588-626). John Wiley & Sons <https://doi.org/10.1002/9780470939383.ch15>
- Sistema de Segurança Interna. (2021). *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2020*. www.portugal.gov.pt
- Spencer, C., Cafferky, B., & Stith, S. M. (2016). Gender Differences in Risk Markers for Perpetration of Physical Partner Violence: Results from a Meta-Analytic Review. *Journal of Family Violence, 31*(8), 981–984. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9860-9>
- Straus, M. A. (2009). Why the overwhelming evidence on partner physical violence by women has not been perceived and is often denied. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma, 18*(6), 552–571. <https://doi.org/10.1080/10926770903103081>
- Theobald, D., Farrington, D. P., Ttofi, M. M., & Crago, R. v. (2016). *Risk factors for dating violence versus cohabiting violence: Results from the third generation of the Cambridge Study in Delinquent Development. 26*, 229–239. <https://doi.org/10.1002/cbm.2017>
- Tran, T. D., Nguyen, H., & Fisher, J. (2016). Attitudes towards intimate partner violence against women among women and men in 39 low- and middle-income countries. *PLoS ONE, 11*(11). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0167438>
- Verbruggen, J., Blokland, A., Robinson, A. L., & Maxwell, C. D. (2020). The relationship between criminal behaviour over the life-course and intimate partner violence perpetration in later life. *European Journal of Criminology, 17*(6), 784–805. <https://doi.org/10.1177/1477370818825344>
- Wadgave, U., & Khairnar, M. R. (2019). Parametric test for non-normally distributed continuous data: For and against. *Electronic Physician, 11*(2), 7468–7470. <https://doi.org/10.19082/7468>
- World Health Organization (WHO) (2021). *Violence against women*. WHO Publications.
- Yakubovich, A. R., Stöckl, H., Murray, J., Melendez-Torres, G. J., Steinert, J. I., Glavin, C. E. Y., & Humphreys, D. K. (2018). Risk and protective factors for intimate partner violence against women: Systematic review and meta-analyses of prospective–longitudinal studies. In *American Journal of Public Health* (Vol. 108, Issue 7, pp. e1–e11). American Public Health Association Inc. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2018.304428>
- Yonfa, E. D. A., Fasol, M., Cueva, C. M., & Zavgorodniaya, A. C. (2021). Intimate Partner Violence: A Literature Review. *The Open Psychology Journal, 14*(1), 11–16. <https://doi.org/10.2174/1874350102114010011>

Anexo



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 005/2021

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade*

Equipa de Investigação: Beatriz Couto Boaventura, estudante do Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Doutora Olga Cecília Soares da Cunha (orientadora), Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Professor Doutor Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves (coorientador), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Motivação para a mudança e crenças legitimadoras de violência em relações de intimidade*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 4 de fevereiro de 2021.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)